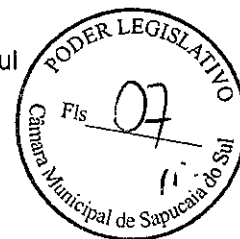




CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Protocolo nº 201813995

Solicitante: Vereador Marco Antonio da Rosa

Assunto: Projeto de Lei que Dispõe sobre a aplicação de multas para os responsáveis por trote contra o SAMU e todos os serviços de urgência localizado ou mantidos pelo município
[SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição legislativa, de autoria de vereador com assento nesta Câmara Municipal, cujo escopo “dispõe sobre a aplicação de multas para os responsáveis por trote contra o SAMU e todos os serviços de urgência localizado ou mantidos pelo município”. Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei em anexo.

PARECER

Sobre a matéria tratada no projeto, primeiramente, cumpre referir que a Constituição Federal (artigo 22, IV) confere à União a competência privativa para legislar sobre telecomunicações. Nesse aspecto, não obstante a nobreza das intenções, a possibilidade de fornecimento à Administração Pública de dados de usuários pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (arts. 2º e 3º da proposição) pode ser compreendida em dois aspectos: A um, como interferência direta no objeto do contrato de concessão dos serviços telefônicos (matéria que deve ser tratada de maneira uniforme em todo o território nacional); a dois, como violação ao sigilo telefônico (Art.5º, incisos X e XII, da CF88) consubstanciada no fornecimento de informações cadastrais dos usuários de telefonia às autoridades administrativas. Para elucidar, transcrevemos:

PROCESSO OBJETIVO – LEGITIMIDADE – TELECOMP. A Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade objetivando a defesa das pessoas jurídicas que a integram. **COMPETÊNCIA NORMATIVA – TELECOMUNICAÇÕES – CELULAR – LOCALIZAÇÃO DE APARELHOS – ESTADO. Os Estados não têm competência para disciplinar o afastamento do sigilo de dados mediante lei – relevância demonstrada e risco de manter-se com plena eficácia o ato normativo** (STF. Plenário. ADI 4.739. Relator: Ministro Marco Aurélio, 7.2.2013, un. DJe-191, 27 set. 2013). **Grifo nosso.**



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Do citado acórdão destacamos ainda o seguinte trecho do voto do relator:

“institui obrigação diretamente relacionada ao objeto da concessão do serviço móvel pessoal. Ao determinar que as empresas forneçam à polícia judiciária informações sobre a localização de aparelhos de telefonia móvel, estabelecendo prazos, dispondo acerca do uso dos números de emergência e impondo o pagamento de multa, se houver descumprimento, o legislador estadual atua no núcleo da regulação da atividade de telecomunicações, de competência da União, no que a esta última cabe disciplinar o uso e a organização desses serviços.”

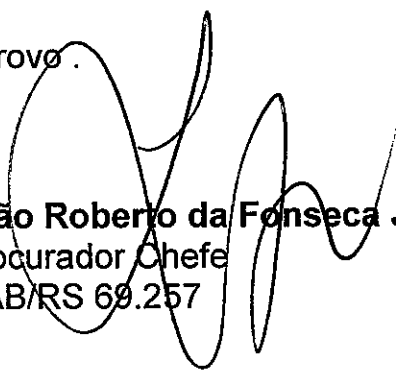
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que entendemos pertinentes encaminhamos a proposição à sua tramitação regimental. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as diligências de costume, com competente parecer das comissões permanentes, e posterior deliberação plenária.

Sapucaia do Sul, 23 de novembro de 2018


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257